

A DIMENSÃO DO CAPITAL POLÍTICO-FAMILIAR NO SENADO E OS PREJUÍZOS À REPRESENTAÇÃO DEMOCRÁTICA (1986-2018).

Robson Vasconcelos Carvalho^{1*}

1. Doutorado no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL-UNB)

Resumo

A pesquisa trata da representação política no Senado, 1986-2018. Objetiva contribuir com discussão teórica sobre mobilização do parentesco-político nas eleições à esta Casa e com pesquisa empírica que demonstra a dimensão de um tipo de capital, político-familiar, derivado do conceito de capital-político de Bourdieu, presente na luta política para acesso ao Senado em 27 estados e apontar possíveis padrões e prejuízos à representação democrática e plural. Métodos: prosopografia, genealogia, pesquisa em documentos e sites do Senado e senadores, mídia oficial e CPDOC/FGV, para identificar vínculos político-familiares. Resultados: em todos os estados, o Senado é atravessado por famílias-políticas, chegando a quase 2/3 dos 380 cargos disputados no período; destes, 40 foram alcançados por mulheres, sendo apenas 3 negras; restou ainda clareza de que as desigualdades políticas se reproduzem no processo de recrutamento institucional e se refletem na disparidade da representação de gênero e raça.

Palavras-chave: Democracia; Instituições Políticas; Parentesco e Política;

Introdução

O Senado se constitui em uma das instituições políticas mais importantes da República. Se no jogo do poder, o que está em jogo é o poder de decidir e influenciar agendas, o Senado é uma casa de acesso ao poder decisório onde por meio dele, tem-se a condição de direcionar mudanças estruturantes na sociedade, bem como alterar ou reproduzir as relações de poder na nação.

Porém, assim como a fundação da República na Roma Antiga e no Brasil não se deu por meio do protagonismo popular, mas, via golpes, a fundação e a existência do Senado, desde a Roma Antiga aos dias atuais no Brasil, não contemplam a presença do povo na condição de protagonista, ou seja, na condição de senadores.

Direcionando o nosso foco ao Senado brasileiro, entre 1986 e 2018, intencionamos desenvolver uma pesquisa para tentar detectar algo além da ausência do povo: haveria presença expressiva de famílias-políticas? Haveria deficiência na diversidade e pluralidade dos representantes em comparação às amostras da população brasileira?

Mesmo diante da sua importância e de tantas questões a serem estudadas e explicadas, o Senado tem sido pouco pesquisado, se comparado à outras instituições. Essa constatação, somada ao fato de que há raríssimos trabalhos que o abordem segundo esta proposta que apresentamos, justificam este trabalho.

Ao Senado, os atores políticos ascendem a partir de lutas no campo político, cada um mobilizando os desiguais capitais dos quais dispõe. Ao longo do tempo, cada ator político pode herdar, desenvolver, acumular, utilizar e transferir capitais com os quais irá lidar. Este trabalho foca especialmente no que é transmitido "hereditariamente", pelo sangue e pelo sobrenome, do avô para, pais, mães, filhos, tios, sobrinhos, irmãos, esposas, cunhados, dentre outras formas de parentesco.

Os objetivos deste trabalho são: contribuir com uma discussão teórica sobre o fenômeno do familismo-político, relacionando-o ao patriarcalismo, patrimonialismo e nepotismo; desenvolver uma pesquisa empírica para dimensionar o capital político-familiar (conceito derivado de capital-político, de Bourdieu), presente na luta política para acesso ao Senado, nos 26 estados brasileiros e no Distrito federal; investigar a existência de possíveis padrões e prejuízos à representação democrática.

Metodologia

Este trabalho, trata da representação política no Senado brasileiro, compreendendo a série histórica de mais de três décadas compreendendo o período entre as eleições de 1986 a 2018.

Para essa investigação, devido a sua amplitude, consideramos apenas os titulares eleitos para as vagas disponíveis ao Senado neste período, em todos os estados, o que chegou ao total de 380 vagas preenchidas, ou

seja, não estendemos a análise aos suplentes, nem aos demais competidores nos respectivos processos eleitorais, ou aos que, eventualmente, por exemplo, por decisões judiciais ocuparam alguma vaga ao longo deste período.

Observamos que há estados que elegeram uma quantidade maior de parlamentares que outros, pois alguns deles foram criados posteriormente à maioria já existente, durante o período estudado; tal detalhamento se encontra no corpo do trabalho.

Metodologicamente, e a partir das teoria que nos dão suporte, como representação política, recrutamento, parentesco e familismo político, por exemplo, recorreremos à prosopografia, pesquisa em trabalhos genealógicos e fontes documentais do Senado, sites dos senadores, portais da imprensa oficial on-line, Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil - CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e Congresso em Foco, para identificar vínculos político-familiares dos senadores, fundamental às análises e achados da pesquisa.

Resultados e Discussão

Constatamos que, além da ausência do povo, e da presença expressiva de famílias-políticas, há deficiência na diversidade e pluralidade dos representantes.

Ao analisar os dados, o número de eleitos que possuem vínculos político-familiares, chega a preencher 259 das 380 vagas disponíveis, ou seja, 68,16%, foram ocupados por famílias-políticas, com destaque para dois estados que elegeram 100% de senadores que apontam mobilização de relações de parentesco nas suas eleições: a Paraíba e o Piauí.

Os dados apontaram também para o contraste com o perfil da população brasileira, onde a PNAD/2019 mostra que 51,8% da população é composto por mulheres, das quais, 28% são negras: foi possível identificar que o patriarcalismo é presente de forma expressiva nesta instituição tida por republicana e plural: das 380 vagas, 340, ou seja, 89,47% representa a presença masculina nesta Casa. E, para reforçar o conjunto de desigualdades políticas, das 40 mulheres que chegaram a esse posto, 10,53% em percentual, apenas 3 delas são negras: Marina Silva, no Acre, tendo ocupado o mandato por duas vezes, Benedita da Silva, no Rio de Janeiro uma vez e, em Rondônia, Fátima Cleide uma vez, sendo todas elas, na ocasião, filiadas ao Partido dos Trabalhadores.

As descobertas confirmaram a hipótese principal de que por meio das bancadas de todos os estados, o Senado é atravessado por famílias-políticas: quase dois terços das 380 vagas disputadas no período apresentaram vínculos político-familiares, sendo o equivalente a 259 vagas (ou, em números percentuais, 68,16%); e que, destes espaços, 40 foram alcançados por mulheres (com algumas sendo reeleitas mais de uma vez), dentre as quais, apenas 03 delas sendo negras. Também que há três estados onde nunca houve a eleição de uma mulher para o senado: Amapá, Pernambuco e Piauí. Ou seja, a pesquisa demonstrou que, majoritariamente, o Senado é representado por homens brancos, com indícios de que são oriundos das classes dominantes.

Recortes e cruzamentos apresentados também dão conta dos estados e das regiões que mais concentraram e dos que menos concentraram senadores com vínculos político-familiares ocupando estas vagas: por exemplo, tomando os dados por região geográfica, em primeiro lugar está a Região Nordeste em número de contribuição de mandatos com vínculos político-familiares, chegando ao total de cem. Em seguida, estão as regiões: Norte, com sessenta e três; Centro-Oeste, com trinta e sete; Sudeste, com trinta; e, por último, a Região Sul, com vinte e nove mandatos sob influência do capital político-familiar.

Conclusões

Os resultados encontrados são indicativos da reprodução das desigualdades políticas que interferem na competição eleitoral, ferindo assim a igualdade de disputas e causando prejuízos ao recrutamento institucional, à representação do gênero e da raça que compõem a maioria da população brasileira, bem como à edificação de uma democracia plural.

A pesquisa deixa claro que estão majoritariamente excluídos do Senado, grupos que lá também poderiam estar mais expressivamente representados, como mulheres, negros, quilombolas, indígenas, indivíduos de origem popular, de movimentos sociais, entre outros, em detrimento do acesso quase exclusivo de homens brancos, empresários, originários de estratos superiores da pirâmide econômico-social e de famílias políticas praticamente hegemônicas, acopladas por décadas às cadeiras que deveriam representar os estados.

A desproporcionalidade em relação ao perfil amostral da população brasileira, nas cadeiras do Senado, que não é característica de nenhum estado ou região específica, parece confirmar o perfil elitista da Casa desde as suas origens na Roma Antiga e no Brasil Império. Este fato caminha em sentido oposto à essência da democracia, que, na ausência do povo, cristaliza-se como um abrigo de elites regionais.

O trabalho realizado, por fim, aponta para a importância de que novas pesquisas sejam desenvolvidas, ampliando o período pesquisado, desde a sua origem no Império, e complementando as investigações, com o objetivo de captar e medir a presença de outros capitais políticos presentes, mobilizados pelos senadores e senadoras, às vezes exclusivamente, às vezes combinados, tais como: capital político-midiático, institucional, classista, partidário, religioso, econômico-financeiro, dentre outros.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA D. R. O conceito de representação política no Brasil: quatro momentos de continuidades e inovações. 8º Encontro ABCP. Gramado/RS, 1 a 4 de agosto de 2012.
- ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Práticas de gênero e carreiras ráticas de gênero e carreiras políticas: ver políticas: vertentes explicativas tentes explicativas. Estudos Feministas, Florianópolis, 18(3): 336, setembro-dezembro/2010.
- BIROLI, Flavia; MACHADO, M.D.C; VAGIONE, J.M. "Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina". São Paulo, Boitempo, 2020.
- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. São Paulo, paz e terra, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político", em O poder simbólico. Lisboa: Difel, s.d. (1981) (pp 163-207).
- _____. 1986. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In : _____. O poder simbólico. Lisboa : Difel.
- BOURDIEU, P. 1980. Le sens pratique. Paris: Minuit.
- BRAGANÇA, L.P.O. 15 de novembro, Proclamação da República: por que historiadores concordam que monarquia sofreu um 'golpe'. [Entrevista concedida a] Vinícius Mendes. BBC Brasil, São Paulo, 14 nov. 2018.
- CANÊDO, L.B. As metáforas da família na transmissão de poder político: questões de método. Cadernos CEDES, Campinas, v. 18, n. 42, ago. 1997.
- CARVALHO, J.M. O pecado original da República. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- CARVALHO, R. V. Família e política no RN: Alves, Maia e o suporte do senado. 1ª ed. Natal: EDUFRN, 2018.
- CARVALHO, Robson Vasconcelos; MONTEIRO, José Marciano. Representação política no Senado: estudo comparativo acerca do padrão de representação política dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte para o senado (1989-2019). 20º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA Universidade Federal do Pará (UFPA)/Online – 12 a 17 de julho de 2021.
- CHACON, V. História institucional do Senado do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1997.
- CÍCERO, M. T. Da República. 2ª ed. São Paulo: Edipro, 2011.
- FAORO, R. Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Globo, 1958.
- FREYRE, G. Casa grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 5ª ed. São Paulo: Global, 2006.
- FRASER, Nancy. "Contradições entre capital e cuidado." Princípios, Revista de filosofia, Natal, v. 27, n. 53, maio-ago. 2020; pp. 261-288.
- GOMES, J. L. 1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e Proclamação da República no Brasil. 1ª ed. [S.l.]: Globo Livros, 2014.
- GOULART, M.H.H.S. Família e política: Repensando relações. In: OLIVEIRA, R.C. (Org.). Família importa e explica: Instituições políticas e parentesco no Brasil. 1ª ed. São Paulo: LibertArs, 2018. Cap. 3, p. 65-94.
- GROHMANN, L.G.M. A Separação de poderes em países presidencialistas: a América Latina em perspectiva comparada. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n. 17, p. 75-106, 2001.
- HOLANDA, S.B. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- MIGUEL, Luís Felipe. Democracia e representação: territórios em disputa. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- MAQUIAVEL, N. Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio. 5ª ed. Brasília: Editora UnB, 2008.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 20, p. 115-134, jun. 2003.

MIGUEL, Luís Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, no 3, 2015, pp. 721 a 747

MONTEIRO, J.M. A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar. São Paulo: LiberArs, 2016.

MONTEIRO, J.M. Parentesco e representação política: a força do capital político-familiar na 54ª legislatura no Congresso Nacional. *Revista NEP Núcleo de Estudos Paranaenses*. Curitiba, vol. 2, n. 2, pp. 561-579, maio, 2016.

NEIVA, P.R.P. As origens da desproporcionalidade de representação no Senado brasileiro. In: ENCONTRO DA ABCP, 10, 2016, Belo Horizonte, Anais do 10º Encontro da ABPC, área temática: Mudanças Institucionais, ISBN 978-85-66557-02-2.

NICOLAU, Jairo. Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara Federal. Rio de Janeiro, Zahar, 2017.

OLIVEIRA, R. C. Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Ed. Insight, 2012.

_____. Famílias Políticas e Desempenho Eleitoral nas Eleições de 2014 Família como variável política nas eleições. *REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)*, Curitiba, v.2, n.4, p. 1-4, setembro 2016

_____. Família importa e explica: Instituições políticas e parentesco no Brasil. 1ª ed. São Paulo: LibertArs, 2018.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. Famílias Políticas, Desigualdade e Estratificação Social no Brasil Contemporâneo. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia – Grupo de Trabalho (GT06) - Desigualdade e Estratificação Social. Porto Alegre/RS, 2015.

OKIN, Susan Moller. “Gênero, o público e o privado”. *Revista Estudos Feministas*, n.16, vol.2, 2008; pp. 305-332.

RICUPERO, B. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2011.

VIANA, O. Instituições políticas brasileiras. [S.l.]. Rio de Janeiro: Olympio, 1949.